

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

CAPITAL ABERTO

# Conselho Fiscal perde espaço nas empresas

Menos de 30% das companhias que fizeram IPO têm órgão instalado

LUCIANO FELTRIN  
SÃO PAULO

O avanço na adoção de instrumentos de governança corporativa pelas companhias listadas em Bolsa de Valores no Brasil — 163 delas integram atualmente os três níveis diferenciados da Bovespa — não significa que o cenário esteja isento de problemas, demonstra um levantamento elaborado pela Solução, empresa especializada em estudos sobre governança corporativa.

De acordo com o documento, menos de 30% das empresas que fizeram seu IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) em 2007 e 2008 e negociam ações no Novo Mercado — mais exigente dos graus de listagem da bolsa paulista — instalaram Conselhos Fiscais em suas estruturas.

Embora não seja requisito obrigatório nem pelas regras de

listagem da Bovespa nem pela Lei das Sociedades Anônimas — que não prevê seu funcionamento contínuo — os conselhos sempre encontraram espaço em um mercado cuja estrutura societária produziu blocos de controle bem definidos. “Ter ou não Conselho Fiscal é uma questão legal. O importante é ter clareza dos papéis que devem caber ao órgão, que não deve reportar-se ao Conselho de Administração, ao qual deve fiscalizar”, opina Roberto Lamb, do comitê de finanças, contabilidade e mercado de capitais do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Para o coordenador-executivo do Centro de Estudos em Governança Corporativa da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), Alexandre de Miceli, os estrangeiros, que compram quase 75% das ações de empresas brasileiras que abrem capital, dão mais atenção a outras ferramentas de governança. “Há uma grande discussão no mercado sobre a viabilidade ou não das companhias instalarem

## CONSELHO FISCAL

Companhias por segmento de listagem da Bovespa com órgão instalado

	???????	%
<b>SEGMENTO: “NOVO MERCADO”</b>		
Empresas listadas em 2007		
<b>Conselhos Fiscais instalados</b>	25	25,8
<b>Sem instalação de Conselho Fiscal</b>	72	74,2
<b>TOTAL</b>	<b>97</b>	<b>100</b>
Empresas listadas em 2008		
<b>Conselhos Fiscais instalados</b>	26	26,3
<b>Sem instalação de Conselho Fiscal</b>	73	73,7
<b>TOTAL</b>	<b>99</b>	<b>100</b>
<b>SEGMENTO: “NÍVEL 1” 2008</b>		
<b>Conselhos Fiscais instalados</b>	34	75
<b>Sem instalação de Conselho Fiscal</b>	10	25
<b>TOTAL</b>	<b>44</b>	<b>100</b>
<b>SEGMENTO: “NÍVEL 2” 2008</b>		
<b>Conselhos Fiscais instalados</b>	09	47,4
<b>Sem instalação de Conselho Fiscal</b>	10	52,6
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100</b>
<b>SEGMENTO: TRADICIONAL</b>		
<b>Conselhos Fiscais instalados</b>	122	44,4
<b>Sem instalação de Conselho Fiscal</b>	153	55,6
<b>TOTAL</b>	<b>275</b>	<b>100</b>

Fonte: Solução Governança Corporativa

Conselhos Fiscais”, afirma. “Os investidores estrangeiros preocupam-se muito mais com a existência de um bom Comitê de Auditoria para tomar a decisão de investimentos em uma empresa. O Conselho Fiscal costuma ser mais demandado por investidores institucionais, como os fundos de pensão”, explica.

“É um órgão do investidor, que fiscaliza e administra diretores”,

define Luciana Serra, do escritório Vinhas Advogados.

Segundo o estudo, dos segmentos de governança corporativa aquele com o maior número de empresas listadas que possuem conselhos fiscais permanentes em sua estrutura é o Nível 1, com 75%. Isso, porém, tem explicação. Os grandes bancos, listados nele, são obrigados a manter conselhos fiscais permanentes.